



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA



BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

NOVA SÉRIE
BELÉM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

N.º 81

17, JULHO, 1981

**OS ÍNDIOS MIRÂNIA E A EXPANSÃO LUSO-BRASILEIRA
(MÉDIO SOLIMÕES-JAPURÁ, AMAZONAS)**

Expedito Arnaud
Museu Goeldi

Resumo — Este trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira apresenta aspectos da cultura dos índios Mirânia, sua participação na expansão luso-brasileira e a situação atual dos remanescentes. A segunda, mostra como ocorreu a referida expansão, desde o século XVIII até a presente época, especialmente no Município de Tefé.

APRESENTAÇÃO

As situações originadas pelos contatos entre populações indígenas e nacionais, em seus variados aspectos, vêm cada vez mais chamando a atenção não só de antropólogos como de estudiosos de outras áreas das ciências humanas. Como atuante nessa linha de abordagem, consignada em nosso projeto **O índio e a expansão nacional**, apresentamos mais este trabalho cujo roteiro foi organizado com base em indicações colhidas por Nelson Nunes de Oliveira e Naide de Oliveira Arnaud (cunhado e esposa do autor), durante uma viagem efetuada a região, em 1969. Nossa pesquisa de campo, ocorreu em agosto e setembro de 1974, em Tefé, Alvarães, Nogueira, aldeia Méria e adjacências, através de observações diretas, entrevistas e manuseio de documentos pertencentes a instituições públicas, religiosas e particulares. Foi complementada por meio de levantamentos feitos na Biblioteca do Amazonas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1.ª Delegacia Regional da FUNAI e no Museu

 **FALANGOLA**
OFFSET
BELÉM PARÁ

 TRINTA ANOS (1951-1981)

bitarem numa **paragem faminta**, costumavam baixar o rio para fazerem provisões de peixe seco (Ibid.).

Subseqüentemente, Martius, com base em observações colhidas no decorrer de viagem efetuada ao Japurá, em 1820, diz haver conhecido índios pertencentes a 12 grupos diferentes: **pacés, juris, coretus, jumanos, caixanas, miranhas da horda dos carapanãs-tapuias... jafuás (japuis), tecunas, miriatás, jaunás, maruianás e miranhas da horda-grande ave (oirapu-tapuias)** (Spix & Martius, 1938, 3:341). Refere os Mirânia como formando o mais numeroso e poderoso de todos os grupos, com uma população avaliada em 6.000 indivíduos, e situados a partir do rio Cauari, até cinco dias de viagem para o interior, no mínimo com 50 léguas de extensão (Ibid.). Ao contrário de Rodrigues Ferreira, menciona-os como de **tez escura**, condizendo **o peito largo com a largura do rosto, que parecia ainda mais repuxado pelo costume medonho de furarem as narinas e de nelas introduzir cilindros de pau ou conchas** (Ibid.:340). Nas orelhas usavam pedaços de bambu ou tufos de penas de arara e nas cabeças **diademas de penas vistosas** (Ibid.:355). Às vezes enegreciam os dentes e aguçavam os caninos, tornando assim mais **bestializada** a aparência (Ibid.). Tal como os outros índios da região, usavam na maioria tatuagens, sendo a do tuchaua **semelhante a dos Jurí**, que consistia de uma **malha meio-elíptica** de maior ou menor extensão, segundo a idade e a diversidade de família, e alguns usavam também dois traços oblíquos ou quatro pontos redondos no lábio superior, ou simplesmente todo o lábio tatuado (Ibid.:336-341-368). Os homens adultos cobriam o sexo com uma peça **quase com forma de uma funda**, feita com a entrecasca de *turi*, presa com uma corda, também de *turi*, atada a cintura com **uma sobra pendendo na região do sacro**, o que provavelmente motivou a lenda **dos índios-de-cauda do Japurá** (Ibid.:340). As mulheres não usavam nenhuma peça de vestuário, mas andavam sempre pintadas e **isso servia de roupa** (Ibid.:343). Para proteger-se dos mosquitos usavam **uma camisa de entrecasca de turiri**, ao

contrário dos Jurí, que construíam **um quartinho escuro para fugir dos piuns** (Ibid.:342). As malocas construíam espalhadas pela mata, distanciadas entre si, podiam abrigar diversas famílias, eram quadradas, feitas com estreitas vigas, paredes barreadas ou forradas e com o teto de folhas de palmeira (Ibid.). Confeccionavam **artísticas peças de vime**, redes com a fibra do tucum (particularmente a palmeira "*Astrocaryum tucuma* ou *vulgare*") e também com fios de folhas do ananás, em tão grande quantidade que os excedentes eram exportados até para Belém do Pará (Ibid.:342-43). Cultivavam a pimenta malagueta, o aipim, o urucu e o ipadu (*Erthroxylum coca* Lamb.), que se **poderia chamar chá do Peru e do Alto Maranhão**, cujas folhas depois de cozidas e socadas com as folhas da embaúba branca, mascavam para diminuir a necessidade de alimentação e o cansaço, durante as expedições guerreiras (Ibid.:226). Preparavam com as amendoas de **ayu-uva** (*Laurus chiroxilon Sv.*), **como muitas tribus do Suriname uma fina fécula utilizada em solução aquosa contra a atonia do estômago** (Ibid.:344). Fabricavam com a mandioca farinhas e beijos, empregando grandes fornos para torrar, e entre os implementos de ralar mandioca **um pedaço de pau no qual estavam fixados dentes de um inimigo morto** (Ibid.:342). Faziam também uma papa grossa **com sementes farinhentas**, esmagadas e cozidas com água temperada com pimenta malagueta (Ibid.:344), e uma bebida fermentada (*cajiri*) com cocos de palmeiras (Ibid.:356). Em substituição ao sal usavam um preparado feito com **pau novo da juky-uva** (*uma Lecythis*), ou com flores da **paxiúba barriguda ou de patauí** (Ibid.:344). Nos combates, tal como também referiu Monteiro Noronha, usavam pesadas clavas de pau preto (*barasanga tamarano*), o complexo arco-flecha, e a zarabatana (Ibid.). Com esta última, sopravam pequenas setas envenenadas com o curare **o mais importante artigo não só dos Mirânia como dos Passés e dos Tucunas, uma substância mortífera, que passava de mão em mão, até às mais remotas tribus das nascentes do Napo e do Pasta-**

za, prosseguindo até além dos Andes, e para leste até às nações do baixo rio Negro (Ibid.:355). Para comunicar-se à distância, utilizavam o trocano, um instrumento feito de um bloco de madeira posto sobre algumas traves, percutindo com um pau as vezes provido de um botão de borracha (Ibid.: 345).

Ainda Martius, diz não haver observado entre os Mirânia **sacrifícios humanos oferecidos em expiação ao espírito-mau (espírito bom o Miranha não conhece)**, ou quando era devorado um inimigo pessoal sacrificado a sentimento de rancor (Ibid.:345). Porém, confirmando Monteiro Noronha, acrescenta que, não poderia haver dúvida que, os Mirânia, eram **verdadeiros antropófagos**, inclusive mulheres. Para consubstanciar sua afirmativa, registra um longo e judicioso pronunciamento feito pelo tuxaua João Manoel, da horda dos Carapanás-tapuias (não falava o português mas conhecia a *língua geral*), assim expresso :

Os brancos, dizia ele, não querem comer jacaré nem macaco, embora sejam saborosos, se obtivessem menos tartarugas e porcos bem o comeriam, pois a fome faz sofrer. É apenas questão de hábito. Quando mato um inimigo, é muito melhor comê-lo do que deixá-lo apodrecer. Caça grande é rara, não põe ovos como as tartarugas. O pior é a morte, não o ser comido; e uma vez morto, para mim é indiferente que o umauá (cita o inimigo fígadal da sua tribo) me coma ou não. Mas não conheço caça de melhor sabor do que essa; cumpre dizê-lo, os senhores brancos são muito azedos. Comer prisioneiros que eu possa vender, seria tolice; cachaça sabe melhor do que sangue, mas o umauá que prefere morrer à fome que ser vendido aos brancos, e que já comeu tanto de nós, logo tratamos de matá-lo (Ibid.).

Os Mirânia tiveram uma participação destacada na ocupação levada a efeito pelos portugueses na região. Rodrigues Ferreira (1974:91), informa que eles viviam empenhados em conflito com as demais tribos, com a finalidade recíproca de obter prisioneiros para utilizar como escravos. Martius, por sua vez, após referir que, durante 80 anos haviam sido preados no Japurá cerca de 20.000 índios, menciona o tuxaua João Manoel como conhecido e temido não

só entre os Mirânia como em todo o alto Japurá, pela coragem e espírito de iniciativa na captura de escravos de **sua tribo ou das tribus vizinhas**, para negociá-los com os brancos (Spix & Martius, 1938, 3:306-39). Assim que o citado autor chegou ao *Porto dos Miranhas*, na suposição de que ele queria não só adquirir adornos, armas e utensílios indígenas como também escravos, efetuou João Manoel uma incursão contra os *miranhas muriatês*, retornando após alguns dias com diversos prisioneiros (Ibid.:356). A chegada à aldeia da expedição e as festas que se sucederam foram assim narradas por Martius :

Luzentes de suor, com manchas vermelhas e pretas, das tintas escorridas sobre o peito e a barriga... brandiam as suas pesadas clavas... ou um feixe de dardos cujas pontas envenenadas vinham encaixadas num carcaz. Eles empurravam diante de si, deshumanamente, os prisioneiros, sobretudo mulheres e crianças... Foram os prisioneiros levados a uma cabana próxima e, logo depois, puderam andar livres, com exceção de um homem robusto, cujos pés foram metidos no tronco (**mondé**)... Deixaram esses desgraçados, no primeiro dia com jejum e em toda sorte de privações, até eles serem distribuídos entre os participantes da incursão hostil, e por estes vendidos ao tubixaba... Custou-lhe compreender quando eu lhe ofereci pelo ornamento de penas, pelas armas e por uma bela samambaia em forma de leque (**Schiará**)... tantos machados e facas quantos contava receber pelos prisioneiros. Ele acrescentou a esses presentes mais cinco jovens índios, duas raparigas e tres rapazitos... Assim que anoiteceu, vimo-nos cercados por centenas desses homens. Alegria tumultuária reinou entre eles, e a claridade de inúmeras fogueiras... expôs-nos ao olhar assustado uma cena mais do inferno do que da terra: uma dança depravada de antropófagos esquentados pelo gozo do triunfo e pela borracheira... Essa bacanal continuou todas as noites enquanto nos achamos em Porto-dos-Miranhas... Durante o dia, eram poucos os que víamos desses endemoniados...; mas logo ao cair da tarde surgiam de todos os lados e enchiam a praça com um monótono sussurro até ficarem bêbados; então prorrompiam em berreiro feroz e, finalmente, soavam seus discordantes instrumentos, e começava o estrondo das canções e danças (Ibid.:357-58).

Entretanto, salienta Martius não haver encontrado **nesse ambiente aterrador, nenhum motivo mais para temer ou**

desconfiança do que no meio de qualquer outra horda de índios mansos (Ibid.:346). Talvez pelo interesse comercial do tuxaua em manter boas relações com os brancos, **ou por inata boa índole, não faltaram provas de natural bondade desses antropófagos** (Ibid.).

Por volta de 1850, Bates (1944,2:189) refere a existência de hordas Mirânia no Japurá, falando **línguas ininteligíveis e praticando o canibalismo**. O preamento de índios para escravização, ainda perdurava pelo Solimões, continuando os Mirânia que mantinham relações com os civilizados, provocando o despovoamento da região **tanto quanto as doenças transmitidas pelos brancos**, em parte estimulados pelos moradores de Ega (Tefé) que lhes proporcionavam proveitos para empreender essas **expedições assassinas**, pois sem elas não havia meio de obter criados (Ibid.:193-199-361). Em 1864, segundo relatório do Governador da Província, no Amazonas não existia mais catequese, e ao invés dos missionários iam ao encontro dos índios os regatões, que sob o pretexto de comerciar, os **exploravam, depravavam e deshonravam**; ou os **Directores Parciais (esses titulados tenentes coroneis)**, cujos abusos e despotismos eram muito mais fatais à obra da catequese e civilização, porque partiam **da autoridade e realizavam-se em nome della** (Lacerda, 1864:134-37). Em razão dessa **cobiça torpe** dos aventureiros, do depoimento criminoso das autoridades e das perseguições desenvolvidas contra os Mirânia, que tinham avançado para as margens do Japurá, parte dos **Pacé, Hyury e Xoman** já estavam concentrados fora do território brasileiro (Ibid.:138). Em 1865, Tavares Bastos (1937:366) encontrou em Coari, Tefé, Tonantins e São Paulo, **Miranhas do Iaporá e do Içá reduzidos à escravidão de longa data, incluindo alguns da Nova Granada**. No alto Japurá ainda se adquiria um índio em troca de um machado, e os próprios pais é que efetuavam as transações (Ibid.). Sem pretender **exagerar as proporções deste crime** acrescenta o citado autor que, fosse por causas morais ou maus tratamentos recebidos durante a viagem,

chegavam os índios fracos e abatidos (Ibid.). E **uma profunda nostalgia, moléstias e sevícias**, provocavam a morte de centenas de Mirânia nos estabelecimentos de Tefé (Ibid.). Embora as autoridades da Comarca e da Província procurassem reprimir isso, dificilmente poderiam encontrar **provas de um crime inveterado e a condenação pelo jury, onde juizes são porventura cúmplices dos reus** (Ibid.). Em 1866, sob a jurisdição de 38 **Directorias Parciais** (3 estavam vagas), existiam 17.385 índios de diferentes grupos (5.590 homens, 6.504 mulheres, 2.646 menores sexo masc. e 2.645 sexo fem.), distribuídos entre 757 **fogos ou malocas** em cujos lugares haviam 21 igrejas (Mello, 1866:351). Os melhores diretores eram aqueles que negligenciavam as obrigações do cargo não se importando absolutamente com os índios (Ibid.: 355). Em 1871, os Mirânia foram ainda citados como formando **uma tribo temida, mesmo entre os demais índios, que parece pensar senão em guerra, pilhagem assassinatos e caça ao homem**, mas a despeito da rudeza eram hábeis na confecção de **peças de roupas, rêdes, enfeites de penas e coisas assim** (Constatat, 1954:97).

A partir da segunda metade do século em apreciação, na medida que começaram a afluir para a Amazônia migrantes de vários pontos do país, sobretudo do nordeste, atraídos para a extração da borracha e do caucho, foi naturalmente diminuindo o interesse pela mão-de-obra indígena. Conseqüentemente, conforme escreve Galvão (1966:10), os índios **não assimilados ou acomodados**, puderam retrair-se para territórios isolados. Entretanto, acabaram por ser também aí atingidos pelas novas frentes de expansão, com as quais passaram a empenhar-se em intensos conflitos armados. Pela década de 1890, segundo consta da mensagem do Governador do Amazonas, dirigida ao *Congresso dos Representantes*, os índios prosseguiram atacando as populações laboriosas e fazendo devastações (Ferreira, 1897:29). Porém, em contraposição, sofriam represálias dos *civilizados*, **iguais senão piores que os ataques dos selvagens**, as quais

levavam a ferro e fogo tribus inteiras provocando odios enraizados e luctas interminaveis (Ibid.).

Pelo início do século atual, o grosso da população Mirânia, ainda bastante numerosa, já se achava localizada na Colômbia, onde, em 1905, Russel assinalou a existência de tres mil Borax e quinze mil Mirayos (Guyot, 1972:141). Em 1908, por sua vez, Whiffen registrou um total de quinze mil nos limites do Caquetá-Tupan-Cahuinari, conhecidos como Boro pelas tribos do Oeste e do Sul, e como Miraña pelas tribos do Leste e do Oeste (Ibid. 1972:141-43). Acontece que, já por volta de 1970, restavam apenas 300 Boro, muito isolados, entre os rios Igaraparaná e Caquetá (600 tinham sido deportados pelos seringueiros para o Peru) e 150 Mirânia (Ibid.). Apesar do brutal contato com os brancos tinham eles se reorganizado, em parte, de acordo com suas tradições, e defendiam com orgulho, sua identidade, sua língua, sua independência e sua maloca (Ibid.:148).

A respeito da filiação lingüística, Rivet (1911:144-47) diz haver encontrado num vocabulário colhido, entre os Mirânia do Japurá, por Koch-Grünberg, no início deste século, termos pertencentes a várias línguas (Karib, Aruak, Tupi-Guarani, etc.), predominando os de origem Tupi-Guarani, principalmente aqueles referentes às partes do corpo, relações de parentesco e fenômenos naturais, reconhecidos pelos lingüistas como os mais estáveis de uma língua... Acrescenta que, embora os dados obtidos não fossem suficientes para determinar a afinidade exata, face a uma maior aproximação com o Tupi-Guarani, acreditava que os Mirânia poderiam representar uma das velhas migrações de índios da referida origem no Alto Amazonas, assim como a dos Omaguas, Comamas, etc. (Ibid.). Steward (1948-750), por sua vez, refere os Mirânia como um subgrupo Witoto (tribo de fala Tupi), mas com um dialeto diferente do Witoto. Recentemente Gasché (1972:197) diz apenas que os Mirânia e os Munami pertencem a uma família lingüística distinta da Witoto. Por

fim, Guyot (1972:141), após dizer que os Imihita falam incontestavelmente a mesma língua que os Mirânia e os Boro da Região do Caquetá-Putumayo, registra entre outros os seguintes termos: *ha* serve para designar diferentes malocas, sendo *ba?ha* a mais conhecida; *mecori?ha* (*mecori* — um peixe pequeno), *nepaj?* (*nepaji* = casca da flor de uma cana brava chamada *isana*), *megwami* = gavião, *iwami?ha* (*iwa* = arara vermelha e amarela), *tsitsiwe* = aurora, madrugada) e *tsitsi(ne)* = cor branca, claridade (Ibid.:143-66).

O Japurá, na época atual, não mais constitui um território ocupado predominantemente por populações indígenas, sendo que, pela década de 1950, existiam somente, na sua margem esquerda, alguns pequenos bandos Makú, em diversos graus de aculturação, em contato com índios de igual origem situados no rio Negro (Schultz, 1958:109-10). Os remanescentes Mirânia que permaneceram no Brasil, divididos em dois grupos, acabaram por fixar-se, a partir do início deste século, nas aldeias conhecidas pelas designações de Muratu (rio Uarini) e Méria (rio Caiçara), no distrito de Alvarães (Tefé). O grupo de Muratu, em 1974, achava-se localizado numa reserva com 260 hectares, aproximadamente, cujo castanhal existente no seu interior, em 1930, esteve ameaçado de perder em proveito de um elemento regional, caso não tivesse ocorrido a intervenção do Inspetor Regional do S.P.I. no Amazonas (BRASIL. Ser... Índios, 1930-45). Sua população somava 130 indivíduos, distribuídos entre 38 famílias elementares, já bastante mestiçadas através de cruzamentos com brasileiros e peruanos. Segundo informantes do grupo, sua economia era processada por meio da coleta, caça, pesca e agricultura, variando os roçados entre 1 e 2 hectares. Os principais excedentes comerciáveis eram a farinha de mandioca e a castanha-do-pará. Os homens mais velhos ainda confeccionavam arcos e flechas, pequenas canoas, cestos e tipitis; as mulheres panelas de barro, porém não mais fornos. As bebidas fermentadas *caçuma* e *xudari* (a primeira da pupunha e a segunda da mandioca) continua-

vam fabricando. Não mais existiam xamãs no seio do grupo e quando julgavam necessário recorriam a curandeiros do meio regional. A língua usual, desde muito tempo, era a portuguesa, mas as pessoas mais velhas, segundo um informante, recordavam a *antiga gíria*. A chefia era exercida pelo índio José Trovão, o qual entretanto, de quando em vez ameaçava renunciar, porque seus liderados não estavam mais querendo obedecer-lhe. Os componentes do grupo mantinham relações freqüentes com os habitantes da povoação Uarini, onde o aludido chefe e mais dois índios já possuíam casas. Seis homens tinham motores de popa.

O grupo de Méria, em 1974, habitava numa reserva de 633 hectares, tendo um castanhal em seu interior, limitada lateralmente e pelos fundos com terras da firma Irmãos Gonçalves. Sua população, formada por 13 famílias elementares, somava 83 indivíduos assim distribuídos: 44 sexo masculino — 1 (74-70 anos), 1 (69-65), 1 (44-40), 3 (39-35), 2 (34-30), 3 (29-25), 2 (24-20), 3 (19-15), 5 (14-10), 9 (9-5), 14 (4-0); 39 sexo feminino — 3 (59-55 anos), 1 (54-50), 2 (49-45), 1 (44-40), 3 (39-35), 2 (34-30), 4 (29-25), 4 (24-20), 2 (19-15), 3 (14-10), 3 (9-5) e 11 (4-0). Com ascendência indígena por ambos os lados restavam 12 indivíduos: 7 homens e 5 mulheres. Recentemente, haviam ingressado na comunidade, por motivo de casamento, 5 brasileiros. Na vila de Alvarães residia uma índia do grupo (irmã do líder), viúva de um brasileiro, que possuía 2 filhas casadas morando em Belém do Pará e 1 filho em Manaus.

A crermos em informantes regionais, até pela década de 1940, aproximadamente, os Mirânia de Méria mantinham apenas contatos esporádicos com os habitantes de Alvarães, onde só costumavam chegar para vender excedentes de lavoura, caça, pesca e castanha-do-pará, e para adquirir algumas mercadorias que necessitavam. Constantemente realizavam festas, as quais não raro degeneravam em desordens, sobretudo numa fase que alguns índios Tukúna habitaram na

aldeia, havendo certa ocasião sido abatido a pauladas um velho índio. Os moradores de Alvarães, por seu lado, continuavam encarando-os com temor e mesmo aversão, por serem sabedores da antiga fama de antropófagos que recaía sobre os Mirânia.

A forma pela qual eram então eles conceituados pela sociedade tefeana, talvez possa ser exemplificada através da narração de um processo criminal, sofrido na Comarca de Tefé, pelos irmãos Quintiliano e José dos Santos, em razão de um assassinato praticado na pessoa de um peruano, que vinha apresentando sintomas de alienação mental. De acordo com o apurado através do inquérito policial, foram os índios atacados à noite pelo peruano, o qual, com um terçado, produziu em um deles **ferimento grave na região abdominal**, sendo que, antes de iniciarem a reação, os agredidos solicitaram socorro (BRASIL. Ser... Índios, 1930-45). Acontece que, levado o caso a julgamento, foram os índios considerados culpados pelo Tribunal do Juri de Tefé, tendo sido condenados a 25 anos e 6 meses de prisão, como **incursos nas disposições do art. 121, § 2, do Código Penal da República** (Ibid.). Em 1944, quando já se achavam recolhidos à Casa de Detenção de Manaus, é que o chefe da 1.ª Inspetoria Regional do S.P.I. (Alberto Pizarro Jacobina), pôde obter a revisão do processo por intermédio do Procurador do Estado. O Tribunal de Apelação do Estado, tomando conhecimento do recurso, mediante acórdão verificado em 1945, contra o voto do desembargador Arthur Virgílio, absolveu os réus (Ibid.). A anterior decisão condenatória foi considerada como **proferida contra a evidência dos autos**, pois as provas existentes levavam a admitir-se a legítima defesa, e além disso, como índios estavam **equiparados a menores e sujeitos a uma legislação especial**... (Ibid.).

Em 1974, a vida na aldeia Méria decorria de modo mais ou menos semelhante a de qualquer outra comunidade regional. A língua falada era a portuguesa. Todos os índios

andavam habitualmente vestidos, nenhum mais tendo mutilação facial ou exibindo ornamento (ou distintivo) que pudesse lembrar o passado tribal. As habitações encontravam-se dispostas sem sentido de orientação ou alinhamento, eram de confecção tosca, com cobertura de palha e estrado de madeira, excetuando a pertencente ao líder que possuía paredes de tábuas e cobertura de zinco. Para dormir, utilizavam redes adquiridas no comércio, ao contrário do que ocorria no passado, quando, como vimos, fabricavam tais peças até para exportação. Continuavam preparando a comida no moquéim e também em utensílios de metal. A farinha fabricavam com o emprego do equipamento vulgarmente conhecido no Amazonas como *aviamento*, composto de caititu, forno de ferro, prensa e cocho de madeira, empregando também o tipiti na prensagem da massa, geralmente adquirido no comércio, embora alguns dos homens ainda soubessem confeccioná-lo. As lavouras, variando em média de 1/2 a 1 hectare, eram quase totalmente plantadas com mandioca, e em quantidade mínima com milho e batata, assim como ocorria no meio regional. Continuavam cultivando o ipadu, tanto para consumo como para venda, mas raramente faziam as bebidas tradicionais *xudari* e *caçuma*. A caça praticavam com espingardas e a pesca com linhas de algodão ou de *nylon*, anzóis de aço, tarrafas e arpões, sendo que, no momento da observação, apenas existia na aldeia um arco bastante envelhecido. Não mais efetuavam as festas tradicionais, e os sepultamentos faziam de igual modo que no meio *civilizado*. O último xamã falecera há cerca de 50 anos, e quando adoeciam costumavam buscar tratamento através de medicamentos em Alvarães e Tefé. Talvez a única prática tradicional evidente ainda perdurando, consistia na interrupção do trabalho masculino pelo nascimento de um filho (*couvade*). Todos os indivíduos do grupo eram batizados.

A despeito de estarem envolvidos por uma população cujos membros, por todas as formas procuram olvidar suas

origens indígenas, a ponto de sentirem-se constrangidos em dialogar com estranhos a respeito, e que, quando aplicam o termo índio ou caboclo em relação a um terceiro, geralmente o fazem no sentido pejorativo ou ofensivo, as relações dos Mirânia de Méria com os habitantes de Alvarães e Tefé, em 1974, podiam ser consideradas como boas. Pelo que verificamos, possivelmente porque, além de não exibirem os Mirânia mais nenhuma característica no corpo ou na indumentária de origem tribal (na cor da pele e traços fisiológicos confundem-se com o grosso da população regional), procuravam comportar-se e afirmar-se como *civilizados*. A não ser nos momentos em que se tornava necessário ressaltar a identidade indígena, no sentido de desestimular invasões no interior das terras que lhes foram concedidas em 1939, e cujos limites haviam sido ratificados pela Comunicação do Serviço n.º 27 da FUNAI, expedida em 1972, o que aliás raramente parecia acontecer.

Com respeito a atitudes assumidas com o escopo de merecer um tratamento idêntico ao dispensado aos membros da sociedade brasileira, pelo que observamos salientava-se o líder Francisco Faria. Por exemplo, por ocasião do primeiro contato que a esposa do autor com ele realizou na aldeia, ao perceber que, o objetivo da visita, era para colher informações a respeito do seu grupo assim falou: **Não quero ser tratado como índio, porque índio não é considerado gente.** Em seguida, evidenciou as qualidades de seu filho mais velho (Vicente), pelo fato de ele tocar saxofone, começando por exclamar: **Meu filho é músico!** Para nós próprios, querendo demonstrar sua condição de igualdade com os brasileiros e não estar sob a ação paternalista da FUNAI, declarou: **Quando quero fumar eu fumo, quando quero beber cachaça bebo, e quando quero também masco o ipadu.** No momento que lhe perguntamos se ainda recordava o dialeto tradicional, o que, de acordo com informantes era bem provável, assim respondeu: **Não conheço nem tenho outra língua a não ser esta que estou falando.** Acerca de

uma conversa que tivemos com um comerciante de Alvarães sobre o passado de sua tribo, retrucou: **Tudo é mentira dele, nada disso aconteceu.** Presenciamos também uma reclamação por ele proferida junto a Rádio Difusora de Tefé, pelo fato de haver esta lhe transmitido uma mensagem através do apelido (*Chico Preto*), havendo então mostrado um documento: **Eu tenho nome, meu nome é Francisco Faria.** Em 1973, por ocasião da festividade do santo padroeiro de Alvarães (S. Joaquim), mediante a aquisição de votos com recursos próprios, conseguiu eleger a filha (estudante em Manaus) como rainha.

Em 1974, o padrão de vida dos componentes do grupo podia-se reputar como semelhante ao da maioria dos habitantes regionais. Para satisfazer as necessidades adquiridas, dispunham de pequenos excedentes de farinha e de castanha-do-pará (total de 250 a 300 hectolitros por safra), mas os resultados do último produto não eram usufruídos de maneira equilibrada por todos, pois, o líder e seus dois filhos (Vicente e Gersino), monopolizavam os melhores trechos do castanhal, sendo que, o primeiro, possuía um motor de popa e casa própria em Alvarães. Segundo ouvimos, nunca recebeu o grupo assistência contínua do S.P.I. e da FUNAI, tal como o de Muratu, e na fase que observamos, para tratamento médico recorriam invariavelmente ao vigário de Alvarães que os atendia com a melhor boa vontade, providenciando quando necessário o transporte dos enfermos para tratamento em Alvarães ou Tefé. Quanto a instrução escolar, proporcionada pelo órgão protetor, encontramos somente uma referência do ano de 1930, dizendo que a escola instalada na aldeia funcionava com **12 alunos e 8 do sexo feminino** (BRASIL, Ser... Índios, 1930-45). Pela década de 1960, o ensino na aldeia foi ministrado por uma professora durante 4 anos (informação do genitor da mesma), mas desde então os pais interessados que os filhos adquirissem instrução passaram a encaminhá-los para Alvarães, Tefé e até Manaus. Em 1974, o ensino estava sendo estendido à al-

deia pelo Mobral através do rádio (monitor índio Gersino), existindo matriculados 24 alunos (12 maiores de 12 anos). Porém, a frequência estava reduzida à metade, devido a impropriedade da hora (19,00), pois os homens vinham então chegando das roças mas prosseguindo rumo ao lago para pescar.

Enfim, os contatos dos remanescentes Mirânia da aldeia Méria com os membros da sociedade regional, vinham caracterizando-se por atitudes ambivalentes: de um lado procuravam eles esconder o passado tribal para não sofrerem discriminações, e de outro identificavam-se como índios a fim de garantirem a posse das terras que habitavam. Entretanto, salvo melhor juízo, dificilmente poderão continuar durante muito tempo constituindo uma comunidade distinta das regionais. Como registramos, além da perda da língua e de quase toda a cultura tradicional, apresentam um índice bem acentuado de miscigenação, a ponto de já constituírem minoria os Mirânia propriamente ditos. E em contraposição, indivíduos pertencentes ao grupo vêm se incorporando à sociedade maior ou estão preparando-se possivelmente para o mesmo fim. De qualquer modo, dentre os índios existentes na época da conquista, entre o Solimões e o Japurá, apenas os Mirânia conseguiram sobreviver até os presentes dias, a despeito de mais de dois séculos de contatos com as frentes de expansão luso-brasileira, marcados por epidemias, conflitos e escravizações.

A EXPANSÃO LUSO-BRASILEIRA

A expansão luso-brasileira na Amazônia, conforme Galvão (1966:9-10), pode ser dividida em três períodos, a saber: 1) — (1600-1759) Foi marcado pelo estabelecimento de feitorias e missões, assim como pelas expedições de reconhecimento e preamento de índios, para engajamento na exploração de produtos naturais, nas **equipagens das embarcações, fábricas e serviços públicos e urbanos** (ibid.). 2) —

(1759-1840) Inicia-se com a expulsão dos jesuítas e **conseqüente afirmação do poder secular mercantil**, e termina com o movimento nativista denominado Cabanagem, permanecendo os meios de produção com ênfase na **coleta de produtos naturais, a par de uma agricultura incipiente** (Ibid.). 3) — (1840-1920) Caracterizado pela fixação dos **rumos da economia regional** com base na extração da borracha, ocorrida sobretudo por elementos procedentes de outras regiões do país (Ibid.).

Wagley (1967:43), por sua vez, distingue na história da Amazônia, cinco períodos ou épocas: 1) — *Primeiras Comunidades Luso-Brasileiras* (1600-1754) Foram estabelecidas as primeiras colônias permanentes, geralmente consistindo na reunião, em torno de uma fortificação ou de uma missão religiosa, de **índios catequisados, mercadores portugueses e até mesmo colonos** (Ibid.). 2) — *Comunidades Cívicas Amazônicas* (1754-1850) Inicia-se com a promulgação das leis pombalinas (1755) que instituíram a liberdade dos índios e provocaram a transformação dos aldeamentos missionários em vilas e cidades; em seguida, marcado pela Cabanagem (1833-1840), quando as cidades foram quase inteiramente destruídas, mas tornou-se mais forte no povo **o sentimento de pertencer a uma cultura regional amazônica distinta**; e por fim, em 1850, fase em que a população continuava biologicamente na maioria ameríndia, mas já se tinha tornado **culturalmente luso-brasileira**, refletindo-se na **disposição física das cidades... o abismo social e econômico existente entre europeus e mestiços europeizados e a massa do povo descendente de índios** (Ibid.:45-46). 3) — *A Era da Borracha* (1850-1912) A intensa exploração do produto provoca a abertura do rio Amazonas à navegação internacional e a atração de imigrantes de várias partes do mundo, especialmente do nordeste do Brasil, possibilitando a formação de uma classe média de pequenos comerciantes, proprietários e artesãos, situada entre a **aristocracia colonial amazônica e a massa da classe dos caboclos** (Ibid.:46-47). 4) — *Era da Decadência*

(1912-1942) Caracterizada pela queda acentuada da cotação da borracha e conseqüente declínio da produção, provoca a evasão ou retorno para os lugares de origem de parte dos habitantes regionais, tornando novamente a comunidade amazônica reduzida a duas classes: **uma classe alta, relativamente empobrecida (conhecida como gente de primeira) e uma mais baixa constituída por caboclos e nordestinos realmente pobres (gente de segunda)** (Ibid.:47-48). 5) — *Uma Era de Transformação Social* Iniciada a partir de 1942 e sobretudo após o **Discurso do Amazonas** do Presidente Getúlio Vargas (1946), com o posterior surgimento da SPVEA, INPA, SESP e outras instituições que passaram a exercer uma influência considerável no desenvolvimento regional: novos produtos foram lançados no mercado, a região passou a ser ligada ao sul do Brasil por meio de rodovias e da navegação aérea, e em conseqüência, embora conservando muita coisa do passado, começaram as comunidades a **adquirir algumas das características da sociedade aberta moderna** (Ibid.:48).

Nas terras situadas ao longo do Solimões e afluentes, as penetrações dos portugueses através de expedições militares, começaram logo após a viagem de Pedro Teixeira, que partiu de Belém do Pará, em agosto de 1637, **com 47 canoas de muito porte, 70 soldados portugueses e 1.200 índios de voga e guerra, que, com as mulheres, seriam ao todo 2.500 pessoas...** (Carvajal & Rojas & Acuña, 1941:106). Entretanto, passaram os portugueses a ocupar efetivamente a região, estabelecendo contatos sistemáticos com os indígenas, a partir de 1710, quando fizeram os espanhóis retroceder definitivamente para seus domínios do Pacífico, após sérios combates que ocasionaram a devastação das missões fundadas pelo jesuíta austríaco Samuel Fritz, atuando em benefício do governo espanhol. Entre essas missões, encontrava-se a de **Tefé de Aizuares (Taipí, Tepé, Taifé, Taipé, Tapí = profundo em Tupí)**, a qual, fundada na **Ilha dos Veados (canal Giparaná)**, após ter sido restabelecida pelo

carmelita Fr. André da Costa, em 1718, à margem da baía de Tefé, tornou-se o principal ponto de apoio para as expedições portuguesas que subiam o Solimões, Jurujá, Jutai e Japurá, a fim de extrair produtos vegetais, realizar pescarias (principalmente de tartarugas) e apresiar índios (Monteiro Noronha, 1862:38-101; Spix & Martius, 1938, 3:261-94). Na mesma fase, surgiu o povoado Nogueira, à margem austral do Solimões, onde, em 1709, já costumavam chegar **muitos brancos e mestiços**, e mudado em 1753 para a margem ocidental do rio Tefé, então habitada por índios **Ambupa, Iuna, Yarum, Uarupé, Catauixi e Mariárana** (Monteiro Noronha, 1862:38-42). E em 1758, foi estabelecido o povoado Alvarães, que passou a ser conhecido igualmente como Caiçara (curral na *língua geral*), por ter sido utilizado para o confinamento de índios apresados, cujos primeiros pertenciam aos grupos dos **ambuás, uaimás, jucunas, alaruás, pacés, cauiaris, miranhas, uarús** (Spix & Martius, 1938, 3:294-95).

Quando foi criada a capitania de S. José do Rio Negro, em 1758, Tefé era **um burgo pobre cuja população compunha-se de índios ou de descendentes dos índios Jyr, Coretás, Solimões, Uaupis, Coerunas, Ambus, Achoaris, Jumas, Cirus**, porém, logo em 1759, pela Carta Régia de 3 de Março, foi elevada à categoria de vila com o nome de Ega (Jobim, 1937:17-27). As plantações em Ega eram desprezadas (imputava-se isso, em parte, à perseguição dos índios Mura), e os negócios continuavam girando em torno da produção da manteiga de tartaruga, mas em Alvarães, produzia-se farinha em abundância e os moradores brancos plantavam cacau e anil (Serv... Federal, 1970:10). As populações de Ega, Alvarães e Nogueira, na medida em que diminuíam devido as **"bexigas"** eram renovadas através de novos descendimentos de índios (Ibid.).

Entre 1782 e 1788, período em que foi sede da Comissão de Limites Luso-Ibérica, face a presença de muitos estrangeiros do *Peru* e de *Mainas* e de centenas de índios re-

tirados das aldeias para os serviços da Comissão, Ega passou a ter intensa movimentação com **um comércio relativamente considerável** (Spix & Martius, 1938, 3:262). Todavia, ainda em 1788, Frei Caetano Brandão verificou já estar a população da vila bastante reduzida, porque os índios engajados nos serviços do governo e de particulares, não tendo **tempo de fazer roças nem de especarem casas, nem de coabitarem com suas mulheres... muito aborrecidos e desgostosos**, fugiam para a mata de onde não mais retornavam e faziam **odioso do gentio o nome português** (Albuquerque, 1942:4).

Pelo início do século XIX, face aos constantes descimentos de índios, nas margens do Solimões, entre os rios Coari e Jutai, assim como pelo Japurá e rio Negro, já havia se formado uma população de **língua e costumes idênticos, porém, muito menos numerosa de que se poderia supor...** (Spix & Martius, 1938, 3:263). Em Ega, além das enfermidades, em razão do imposto escorçante denominado *finta das farinhas* (cada lavrador contribuía com o dízimo de 3 alqueires e mais 1 para a Fazenda Real), que durou de 1808 a 1820, verificava-se a deserção de numerosos índios (Jobim, 1937:34). Assim, em 1819, a população local estava reduzida a 600 indivíduos, aproximadamente a metade dos existentes no tempo que fora a sede da Comissão Luso-Ibérica, sendo que, **do luxo de outrora, só restava a disposição dos seus moradores para a ociosidade, dissipação e, particularmente, para a bebedeira** (Spix & Martius, 1938, 3:262). As casas da vila situavam-se apenas numa rua, à margem do lago, eram de um só pavimento, de taipa, com postigos de madeira nas janelas em vez de vidraças, diferenciando-se das habitações indígenas apenas pelo tamanho e pelas fechaduras das portas, e a única que possuía varanda, à moda das casas de campo de Belém do Pará, era a do comandante militar (Ibid.). Embora o solo fosse fértil, **muito apropriado para a mandioca, café, cana-de-açúcar, algodão, banana, etc.**, surpreendia a falta de indústria e de espírito empreendedor dos habitan-

tes de Tefé, onde apenas alguns (e entre estes um só índio) cultivavam produtos coloniais para exportação. Preferiam seus habitantes enviar expedições aos rios Japurá, Içá, Juruá, Jutaf e Javari, para coletar produtos silvestres (**salsaparrilha, cacau, manteiga de tartaruga, óleo de copaíba e castanhas do Maranhão**), e raramente ao rio Tefé onde tais produtos eram escassos (Ibid.:264). A fabricação da manteiga de tartaruga ocorria ativamente, havendo Martius avistado num acampamento cerca de 150 homens empenhados no trabalho: índios, mulatos, negros e alguns brancos. Como fazia quase um século que vinham ocorrendo não só colheitas abundantes como a destruição de ovos e de tartarugas (cerca de 20.000 fêmeas anualmente eram exterminadas no Solimões), devia-se **dar crédito às tradições dos antigos índios ao dizerem que outrora o Solimões fervilhava de tartarugas, como de formigas os formigueiros** (Ibid.:245).

Em 1820, a povoação de Nogueira tinha uma população de 1.200 indivíduos, aproximadamente, a qual era superior a de Ega (Ser...Federal, 1970:11). As índias de Nogueira são referidas como habilidosas no processamento da cerâmica:

Panelas chatas e grandes, às vezes de três pés de diametro (Japunas), fixadas em fogão de alvenaria, para torrefação de farinha-de-mandioca, vasilhas hemisféricas (nhaenpepó)... para cozinhar os alimentos, e grandes potes (camotim) para conservar as bebidas... (Spix & Martius, 1938(3):268).

Em grande escala, praticavam a pesca com o timbó ("*Paullinia cururu*") cujas hastes pisadas **faziam o veneno agir com tanta eficiência que, durante um quarto de hora, enchia-se uma montaria com o pescado** (Ibid.:269).

Por essas alturas, apesar de menos povoada que Nogueira, continuava Ega como o principal entreposto comercial da região, com sucursais estabelecidas por negociantes ingleses e brasileiros do Pará, para aquisição dos gêneros regionais e venda de mercadorias européias (tecidos de

algodão, seda, chapéus, linhos, ferramentas, vidros, porcelanas, vinhos, etc.), por preços mais altos que no Pará, mas **duas vezes menores que nas Províncias do Peru, Maina, Quicos e Macas** (Ibid.). No Japurá, na foz do Içá e em lugares onde existiam populações estacionárias, atuavam juízes ordinários escolhidos entre os cidadãos de Ega, Fonte-Boa ou Olivença, a fim de **por termo a rixas entre índios residentes e as tripulações das canoas de comércio e exercer geral autoridade**. (Ibid.:262). Todavia, tais juízes freqüentemente arrogavam-se **o direito de oprimir os índios, empregando-os sob pretexto de serviço público, unicamente em seu uso particular** (Ibid.). Em 1827, Mawe (1931:181-85-86) encontrou Ega com somente 400 habitantes, entre os quais existiam alguns *brancos*, não oriundos da melhor classe da sociedade, mas geralmente degredados, enviados pelo Governador e marinheiros portugueses, os quais, porém, tão logo chegavam tornavam-se **os grandes personagens e senhores do país**. Atuavam os mesmos no apresamento de índios, à força ou comprando-os dos chefes, no rio Japurá, embora como eles próprios diziam isso fosse contrário **às ordens do Imperador** (Ibid.). Em 1833, voltou Ega a ser chamada Tefé, em 1843, foi-lhe restabelecida a denominação de Ega e, por fim, em 1855, pela lei provincial 44 de 15 de Junho, foi a vila elevada à categoria de cidade, com a denominação de Tefé, tendo sido a primeira localidade do Amazonas, depois de Manaus, a receber tal distinção (Inst. Brasileiro...1957:238).

Pelo início da década de 1850, Tefé continuava sendo mencionada como a única cidade de alguma importância **nas vastas solidões do Solimões** (Bates, 1944,2:147). Na cidade havia indivíduos de pelo menos **16 tribos diferentes, quase todos vendidos quando ainda crianças pelos chefes nativos de Japurá, Içá e Solimões** (Ibid.:183). Essa *espécie de escravatura* embora fosse proibida pelas autoridades brasileiras, era permitida porque, do contrário, não havia meios de obter criados (Ibid.). Quando ainda meninos, os índios cos-

tumavam embarcar nas canoas dos mercadores, porém, assim que chegavam a idade adulta e eram libertados, não demonstravam a **mais leve inclinação para voltar à vida selvagem completa** (Ibid.). As meninas índias eram geralmente **mal-tratadas por suas senhoras, as mulheres brasileiras, ciumentas, apaixonadas e mal educadas** (Ibid.). Quase todas as inimizades que surgiam entre os moradores de Tefé, eram provocadas por disputas em torno de criados índios, mas não prestavam eles o menor cuidado às crianças escravas, durante as doenças, as quais, em consequência, morriam desamparadas na cidade (Ibid.).

As festividades da Igreja Católica ocorriam em Tefé com entusiasmo, confundindo-se os **rudes festejos** dos indígenas com as cerimônias introduzidas pelos portugueses (Ibid.:191). Entre os festejos indígenas destacava-se a *feira das frutas*, realizada na primeira semana de fevereiro, geralmente por algumas famílias da **tribu Jurí**, localizadas cerca de 3 milhas distantes da cidade, com o comparecimento da maioria dos índios que viviam pelos arredores os quais somente nessa ocasião **reuniam ou mostravam indícios de qualquer ação em conjunto** (Ibid.:196-97). O comércio local continuava consistindo, como em todas as praças do Alto Amazonas, na permuta dos **produtos das matas e das águas** (cacau, salsaparrilha, castanha-do-pará, estopa, copaíba, bor-racha, peixe salgado, óleo de tartaruga, mixira de peixe-boi e redes de palha) por mercadorias européias ou norte-americanas (Ibid.:198). As atividades anuais dos habitantes de Ega eram divididas de acordo com a cheia e a vazante do rio (Ibid.:209). No decorrer da vazante (cerca de 4 a 5 meses), as famílias dos pescadores ocupavam-se em arpoar e salgar o pirarucu e a matar tartarugas nos grandes lagos; em seguida, retornavam às aldeias ou à cidade; e entre março e abril, ausentavam-se novamente para colher castanha-do-pará (Ibid.). A alimentação na maior parte do ano tinha como base a tartaruga; os peixes abundavam na estação seca, mas cada qual procurava obter apenas o necessário

para o próprio consumo; e o peixe-boi constituía o **grande recurso na época das chuvas** (Ibid.:203). Os animais silvestres, sobretudo os de grande porte, já se mostravam escassos nos arredores da cidade, com exceção dos meses de junho e julho quando tucanos (*"Rhaphastos cuvieri"*) surgiam em grande quantidade (Ibid.:204). Entre as plantas cultivadas principalmente a mandioca (3 qualidades) e também a pupunha (*"Guilielma speciosa"*), o cumá (*"Allophora sp."*), o jabuti-pué (*"ordem Anonáceas"*), o purumá (*"Purumá cecropiaefolia, Martius"*) com sabor de uva, e o iuquí, de forma ablonga, o mais singular de todos (Ibid.:205). O vício de mascar o ipadu ocorria principalmente entre índias velhas e mestiças, porém, sendo considerado degradante, cada qual procurava manter **em segredo o seu vício** (Ibid.:201).

Em 1865, Tavares Bastos (1937:223) mencionou a existência de 5.609 habitantes na Comarca de Tefé, quase todos índios exprimindo-se na *língua geral*, não possuindo a cidade — **um dos pontos mais risonhos do Alto Amazonas** — mais 400 almas. Agassiz (1938:269) que, na mesma data, transitou por Tefé, refere as casas como geralmente construídas de barro, caiadas de branco, cobertas de telhas ou de folhas de palmeiras, tendo quase todas um pomar cercado de estacas. Pelas imediações existiam pastagens de **bois e carneiros**, mas as numerosas vacas não eram mungidas regularmente, pois, segundo preconceito geral, o leite não convinha em absoluto às crianças, a quem preferiam dar chá ou café (Ibid.). O referido autor diz ter encontrado **a princípio alguma dificuldade em conseguir empregados** porque ocorria a estação da pesca e, em seguida, iria começar a **época de apanhar ovos e fabricar manteiga de tartaruga, quando só as mulheres ficavam nos povoados** (Ibid.:280). Quanto às relações entre brancos e índios assim se expressa:

A população branca faz bem pouco para civilizar os índios, ela se limita a iniciá-los em algumas práticas externas da religião. É sempre a velha e triste história da opressão, que parece durar enquanto hou-

ver diferença de cor, e resulta fatalmente na degradação das duas raças: duplicidade da parte do índio e licenciosidade da parte do branco (Ibid.:284-85).

As referências que pudemos obter sobre Tefé, a partir de 1870, quando começava a tomar vulto a exploração da borracha, até bem recentemente, foram extremamente reduzidas. Entre os eventos ocorridos nas décadas de 1890 e 1900, devem ser mencionados como de certa relevância os relacionados à atuação da Igreja Católica, a seguir apresentados: 1892 — Chegada dos primeiros missionários do Espírito Santo; 1894 — Fundação da Missão de Tefé, na confluência do rio com o Solimões; 1907 — Entrega da Paróquia do município aos referidos missionários, pelo bispo de Manaus D. Frederico Costa; 1910 — Criação da Prefeitura Apostólica de Tefé, com a designação do Padre Manuel Barret como seu primeiro prelado (Serv... Federal, 1970:62-72).

Em 1908, D. Frederico Costa refere-se à situação de Tefé como ainda invejável, embora houvesse decaído bastante, e aponta seu jardim municipal como **digno de figurar em qualquer cidade do mundo** (Albuquerque, 1942:8). Em 1936, segundo **um filho de Tefé (Teobaldino de Souza)**, **não possuía a cidade hotéis e apenas uma pensão sem cômodos necessários e os indispensáveis requisitos de higiene e poucas casas de aluguel** (Ibid.:22). As ruas estreitas e nem sempre bem dispostas, estavam distribuídas em 30 quarteirões, com 210 habitações quase todas térreas, tendo as paredes de taipa e/ou de tijolos e cobertura de telhas de barro, raramente de zinco (Ibid.). A população de 1.300 habitantes é referida como totalmente **católica, pacata e hospitaleira** e a cidade como sendo a de **mais renome no Amazonas** (Ibid.:22). Em 1942, essa população havia diminuído para 1.200 habitantes, dentre os quais **400 eram crianças e jovens** (Ser... Federal, 1970:49). Existiam na cidade 11 casas de comércio, 1 agência postal e telegráfica e 1 agência da Panair (Ibid.). O Estado mantinha 1 grupo escolar com 4

professores e 150 alunos, e 1 escola rural com 30 alunos. O Convento Franciscano Missionário de Maria possuía **1 pequeno apostolado de irmãs**, 1 internato com 60 alunas, 1 externato com 120, 1 jardim de infância com 80 e 1 prendário com 40 alunas (Ibid.). A Prefeitura Apostólica possuía 1 externato com 60 alunos, **oficina de artes e ofícios, tipografia, encadernação, marcenaria, ferraria, sapataria, pintura, campo de horticultura**, e editava uma revista mensal — *O Missionário* (Ibid.).

Em 1960, as terras dos municípios de Japurá, Maraã (desmembrados de Tefé pela Lei Estadual 96 de 19/12/55) e Tefé, totalizando 109.869 km², eram habitadas por uma população de 25.511 habitantes, a saber: Japurá — 40.626 km² e 2.940 habitantes (68 urbanos e 2.872 rurais); Maraã — 26.009 km² e 6.997 habitantes (546 urbanos e 6.451 rurais); e Tefé — 35.898 km² e 15.574 habitantes (3.255 urbanos — 756 cidade, 499 vila Alvarães e 12.319 rurais) (Recenseamento... 1968:42). Em 1970, a população total dos 3 municípios somava 27.591 habitantes, estando assim distribuída: Japurá — 1.899 (106 urbanos e 1.573 rurais); Maraã — 6.519 (216 urbanos e 6.303 rurais); e Tefé — 19.173 (7.810 urbanos — 6.990 cidade, 820 vila Alvarães e 11.363 rurais — 3.327 distrito sede e 8.036 dist. Alvarães) (Id. 1973: 159-205-13). No município de Tefé, 68 indivíduos eram estrangeiros, sendo 1 argentino, 1 italiano, 1 japonês, 1 libanês, 1 polonês, 3 portugueses, 1 sírio, 57 de outras nacionalidades e 2 não declarados (Ibid.: 159). A população economicamente ativa, totalizando 5.893 indivíduos dividia-se entre as seguintes atividades: agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca — 4.718 (3.963 homens e 755 mulheres); atividades industriais — 252 (246 h. e 6 m.); comércio — 301 (279 h. e 22 m.); prestação de serviços — 161 (40 h. e 121 m.); transporte, comunicação, armazenagem — 81 h.; atividades sociais — 240 (61 h. e 179 m.); administração pública — 60 h.; e outras atividades — 80 (65 h. e 15 m.) (Ibid.:169-70). Como

pode ser verificado, em termos globais a referida população acusou em 10 anos um aumento de 2.080 indivíduos. Entretanto, as populações de Maraã e de Japurá diminuíram: a primeira de 2.940 para 1.899 e a segunda de 6.997 para 6.519; e a rural de Tefé também diminuiu de 12.319 para 11.303, havendo acusado aumento (aliás bem significativo) apenas a urbana, de 3.255 para 7.810.

Em 1974, a economia dos municípios do Japurá, Maraã e Tefé continuava processando-se essencialmente através do extrativismo vegetal (borracha, castanha-do-pará, sorva, pau-rosa e madeiras diversas) e da pesca. A produção da borracha, em franca decadência, havia baixado de 1.195.220 quilos, em 1966, para 610.097 em 1971 (Ass. Brasileira... 1974:108); a da castanha-do-pará, segundo vários informantes, vinha também decrescendo nos últimos anos; a da sorva achava-se quase paralisada, face ao exaurimento das árvores situadas nas zonas de mais fácil acesso; e somente a de madeiras vinha apresentando desenvolvimento, mas em certos pontos o trabalho já ocorria com dificuldade porque as reservas disponíveis se achavam distantes das margens dos cursos d'água. A pesca continuava sendo executada de modo artesanal pelos pescadores da região, os quais vinham sendo prejudicados na produção devido o constante afluxo de barcos-pesqueiros motorizados de Manaus. O pirarucu, procedente sobretudo do Japurá, mantinha-se como a principal espécie de exportação. Entretanto, espécies abundantes no passado como a tartaruga e o peixe-boi, mais pela carência que pela proibição, nenhuma importância mais apresentavam para a economia regional, inclusive para a própria subsistência. A caça era exercida geralmente para a subsistência, sendo raras as expedições empreendidas para a obtenção de excedentes destinados à comercialização. A agricultura, em Tefé, ocorria numa área aproximada de 850 hectares (200 na várzea e 650 na terra firme), sendo 750 utilizados unicamente no cultivo da mandioca (75 na várzea e 675 na terra firme) destinada à fabricação de farinha (Ass.

Brasileira... 1974:108), sendo os excedentes, segundo ouvimos, negociados no mercado local. A pecuária, realizada mais para a formação de patrimônio, em 1969, apresentava em Tefé os seguintes números: bovinos — 6.160, suínos — 4.500, ovinos — 1.300, caprinos — 1.000, equinos — 450 e muares — 80 (Serv. Federal... 1970:25).

Por ocasião de um encontro realizado para estudar o tema "Desenvolvimento e Evangelização", e com a participação da ACAR, MEB, CAMPUS e CARITAS, entre os obstáculos existentes contra uma exploração mais sistemática das terras do Médio Solimões-Japurá, foram evidenciados os seguintes: o alto índice de concentração das terras em poder de poucos proprietários (1/3 dos proprietários de Tefé possuíam 95% das terras); os requisitos exigidos para a regulamentação das posses das terras devolutas, que os agricultores não estavam em condições de corresponder; as técnicas empregadas na produção que continuavam basicamente indígenas, ocorrendo apenas em poucos lugares algum progresso; as decisões quanto aos preços, qualificação e demanda em torno da produção, que continuavam emanadas de fora da região; a ausência de fiscalização, a insuficiência de certas autoridades jurídicas e a falta de planejamento, que dificultavam a regularização de documentos: registros de nascimentos, títulos definitivos de terras, etc. (Serv. Federal... 1970:18; BRASIL. Prelazia de Tefé... 1972: 1-2). Em vista disso, ficou acordado que, entre outras, fossem tomadas as seguintes iniciativas: promover a conscientização das populações regionais quanto às vantagens do trabalho comunitário; apoiar e estimular o funcionamento de cooperativas; introduzir novas técnicas e atividades econômicas primárias; e obter a colaboração do INCRA na concessão de títulos definitivos de terras aos habitantes da região (Ibid.:5).

A cidade de Tefé, em 1974, expandia-se através de vários bairros: Castelo, Olaria, Santa Rosa, Santo Antônio, Ju-

ruá e Abial, este separado pelo igarapé Xaudrini. O sistema viário, apresentava a mesma característica referida anteriormente, ou seja, com as ruas na maioria de traçado irregular, pouca profundidade entre os quarteirões (cerca de 40 metros) e pavimentação precária em cerca de 1.500 metros (Serv. Federal..., 1970:44). No centro existiam duas praças, sendo uma frente ao Seminário e a outra à Igreja Matriz. Não avistamos nenhuma construção relacionada ao passado histórico, sendo que, os edifícios do Seminário, Prefeitura, Igreja Matriz, Missão (fora da cidade) e alguns outros de certa presença foram construídos já no presente século. A população da cidade, entre 1970 e 1974, havia aumentado de 7.810 para 9.472 habitantes (dados fornecidos pela SUCAM), tendo sido a diferença ocasionada principalmente por migrações de famílias dos altos rios (mais frequentemente do Juruá), provocadas pelas enchentes e insuficiência da cotação da borracha. Estava a população distribuída entre 1.820 casas, com paredes de alvenaria ou de tábuas, cobertura de telhas de barro e de alumínio (as mais novas), sendo raras as de cobertura de palha.

Na cidade existia 1 agência dos Correios e Telégrafos, 1 do Banco do Brasil, 1 do IBGE, 1 da Embrapa (ex-Instituto Agrônomo do Norte), 1 do Funrural, 1 coletoria federal, 1 estadual, 1 foro jurídico, 1 estação de radiofonia (Rádio Educadora Rural), 1 aeroporto, 3 hotéis com razoáveis instalações, 3 clubes (União, Real e o tradicional Humaytá) e 1 loja maçônica.

O fornecimento de energia elétrica verificava-se por intermédio de uma usina da Celetroamazon (2 conjugados de 789 kw cada), diuturnamente a todos os bairros, com exceção ao do Abial, cuja rede se achava ainda em fase de acabamento. O consumo atingia apenas cerca de 220 kw durante o dia, e 350 kw na primeira metade da noite, porque diversos moradores, sobretudo dos bairros periféricos ainda não se utilizavam do benefício alegando falta de recursos.

Conseqüentemente, a renda mensal obtida não vinha sendo suficiente para custear pelo menos o combustível. O abastecimento de água potável proporcionado por um reservatório de 100.000 litros (convênio SESP-Prefeitura) já estendia-se à maioria dos bairros, mas cerca de 1/3 dos lotes beneficiados pela rede ainda não estavam ligados. De qualquer modo, a arrecadação estava possibilitando o ressarcimento das despesas.

A assistência sanitária e a instrução escolar pareciam ocorrer de modo satisfatório, destacando-se em ambos os aspectos o trabalho desenvolvido pelos religiosos da Prelazia de Tefé, quer no exercício de cargos de direção como de execução. A assistência sanitária era proporcionada principalmente pelo único hospital existente (construído com doações de católicos alemães e inaugurado em 1969), então sob a administração do Estado que custeava os salários do pessoal — médicos, enfermeiros, etc. Paralelamente atuavam com boa contribuição a SUCAM (endemias tropicais, sobretudo malária), o Sindicato Rural e o Campus Avançado do Projeto Rondon, que também possibilitava a formação de técnicos de várias modalidades em escolas de Juiz de Fora. A instrução escolar, em nível primário, verificava-se por intermédio de estabelecimentos do Estado e Municípios, bem como pelo Movimento de Educação de Base (em cooperação com a Rádio Educadora), que, além da alfabetização, proporcionava o ensino supletivo através de 219 escolas, com 3.285 alunos matriculados, disseminadas por Tefé, Juruá, Fonte Boa e Caracará. A instrução secundária, ministrada pelo Colégio Santa Teresa de Tefé, compreendia o curso ginásial e o de licenciatura, este destinado à formação de professores de nível médio para atuar em Tefé e zonas de influências. E a instrução técnica profissional, compreendia cursos de enfermagem, carpintaria, marcenaria e outros. A CARITAS atuava na orientação de comunidades rurais, e a ACAR no fornecimento de assistência técnica à

agricultura e à pecuária, inclusive através de convênios com outras entidades.

O transporte fluvial para Manaus ou para a fronteira, era proporcionado à cidade por grandes barcos de madeira motorizados, que vinham fazendo a navegação regular em substituição aos *gaiolas*, quase completamente desaparecidos da Amazônia. E também por meio de embarcações menores, pertencentes a firmas locais, que faziam viagem para os altos rios conduzindo passageiros e cargas, ou fazendo comércio de *regatão*. O transporte terrestre era executado por meio de alguns veículos motorizados (geralmente de repartições e empresas públicas) e de carroças de tração animal, porém restringia-se à cidade por não haver estrada entre a mesma e qualquer outro ponto do município. E o transporte aéreo ocorria por intermédio de aviões de linhas comerciais e da FAB, de modo continuado.

A economia da cidade, no setor primário, era basicamente de subsistência, processando-se através da caça, pesca, extrativismo vegetal e agricultura, esta última relacionada sobretudo ao cultivo da mandioca. Aplicavam-se nessas atividades geralmente elementos procedentes das zonas rurais, diversificadamente, de acordo com as oportunidades surgidas e necessidades do momento, possuindo muito deles lavouras nos arredores da cidade, em áreas encontradas disponíveis, tivessem ou não proprietários. Os excedentes produzidos conseguiam sem maiores dificuldades vender no comércio local. Com o dinheiro apurado na venda complementado por outros ganhos obtidos pela execução de serviços a terceiros, vinham provendo razoavelmente suas necessidades.

No setor secundário, existiam várias panificadoras, 3 serrarias (1 de firma francesa, 1 de holandesa e 1 da Missão), 8 olarias (2 com força motriz), 3 oficinas de móveis e esquadrias, 1 usina de beneficiamento de arroz e 1 estaleiro para embarcações de madeira, instalado na área da Missão. Em 1970, o maior movimento foi proporcionado pelas

Padarias — 60.000.000 de unidades, Cr\$ 1.235.000,00; e em 1972, pelas serrarias (apenas as 2 primeiras eram exportadoras), — 60.000 m³, Cr\$ 3.000.000,00 — as quais, afora os técnicos, empregavam entre 50 e 60 homens diariamente. As olarias, em 1974, funcionavam de modo intermitente, de acordo com a maior ou menor procura dos produtos no meio municipal, fabricando as mecanizadas apenas tijolos e as demais também telhas, porém as novas casas que surgiam, vinham sendo na maioria cobertas de folhas de alumínio, devido ser mais baixo o custo do material e da estrutura. As oficinas de móveis, tendo como artífices e/ou mestres os proprietários e familiares, produziam em razão das encomendas recebidas. A usina de arroz, com capacidade para beneficiar 90 sacos diariamente, funcionava de modo irregular face a carência do gênero. O estaleiro de construção naval, vinha trabalhando sobretudo em reparos de embarcações. Uma usina para beneficiamento de óleos vegetais, teve sua construção logo interrompida, por ter sido verificada a dificuldade para **formação de estoque da matéria-prima no período da vazante** (Serv. Federal... 1970:30). A instalação de uma fábrica de gelo e de um frigorífico, no bairro do Abial, desde vários anos estavam sendo planejada pelo Governo do Estado.

No setor terciário, por volta de 1970, operavam 96 firmas comerciais (35 atacadistas) dentre as quais cerca de 20% estiveram em estado de insolvência, devido a expansão acelerada de crédito proporcionado pelo Banco do Brasil, a curto prazo, sobretudo para a exploração da castanha-do-pará (Ibid.:31-32-33). Em 1974, existiam 80 estabelecimentos (informação obtida na Coletoria Federal), incluindo um grande entreposto de pirarucu de uma empresa de Belém do Pará. Verificava-se uma certa proliferação de sorveterias, bares e lanchonetes, estimulada pela energia elétrica fornecida pela Celetroamazon. O movimento das firmas mais importantes, que se empenhavam no comércio de aviamento, de igual modo como no passado, continuava girando mais

em razão de produtos oriundos do Japurá, Juruá e Jutai do que de Tefé. As pessoas que trabalhavam nas casas comerciais, permanentemente, além dos proprietários eram de modo geral seus parentes, sobretudo do próprio grupo doméstico. Para os serviços complementares (condução de cargas, arrumação e outros) os engajamentos eram feitos na medida das necessidades por curto espaço de tempo, mediante pagamento de diárias ou de acordo com a tarefa realizada. Para as equipagens das embarcações, salvo os motoristas e pilotos, que geralmente recebiam salários mensais, os engajamentos ocorriam também por curto prazo, ou melhor dizendo, durante o tempo em que permaneciam embarcados. Na Prefeitura, os 15 servidores que, em 1974, atuavam na administração pertenciam à sociedade local. Entretanto, nos órgãos públicos, federais e estaduais, os cargos de direção e os de níveis técnicos vinham sendo na quase totalidade exercidos por pessoas estranhas ao meio. E no Banco do Brasil, apenas dois funcionários eram tefeanos, sendo que, um outro, que durante certo tempo atuou como guarda, quando contraiu casamento deixou o emprego por julgar insuficiente o salário, e passou a trabalhar como marqueteiro (vendedor ambulante).

No decorrer do encontro dos agentes pastorais da Prelazia de Tefé, anteriormente referido, foi salientado não estar a sede municipal oferecendo **condições para absorver a mão-de-obra vinda do interior, fugindo da enchente atraída pelo aparente conforto da cidade** (BRASIL. Prelazia de Tefé, 1972:3). Todavia, a carência de ocupações, verificava-se essencialmente nos setores secundários e terciários da economia local, atingindo mais os jovens com grau de instrução secundária ou profissional, os quais, por isso mesmo, procuravam tanto quanto possível mudar-se para Manaus. Como vimos aqueles migrados das zonas rurais, ou sejam, os que atuavam no setor primário, de qualquer modo vinham conseguindo sobreviver provavelmente em melhores condições que nas áreas onde antes se achavam localizados.

A cremos em velhos informantes, as famílias da camada superior da antiga sociedade tefeana, formadas principalmente na fase do apogeu da borracha por estrangeiros e nacionais (estes na maioria nordestinos), que vieram para a região exercer o comércio ou para trabalhar na administração pública e no judiciário, acabaram por construir uma espécie de *grupo fechado*. As mais abastadas, não raro mandavam educar os rapazes nos centros mais adiantados do país (as vezes até no estrangeiro), e os que conseguiam alcançar êxito raramente retornavam. Conseqüentemente, muitas moças pertencentes a essas famílias ficavam solteiras por falta de rapazes do mesmo nível social para contrair casamento, não só por imposição dos pais como por iniciativa própria, pois, algumas delas, de modo nenhum admitiam casar-se com elemento da camada inferior da sociedade local. Em 1974, vários remanescentes dessas famílias, ainda mantinham posições de evidência no comércio, administração pública e na política, cujos cargos eletivos (Prefeitura e Câmara Municipal) vinham disputando entre si através das duas facções existentes do partido do governo (ARENA). Todavia, não procuravam mais viver dentro de um círculo restrito e, em regra, vinham assumindo atitudes condizentes com as "características da sociedade aberta moderna" tal como já ocorria entre outras comunidades amazônicas (Wagley, 1967:48). Face aos novos valores adquiridos através dos diversos meios de comunicação, de contatos pessoais e da educação escolar, os pais não podiam mais impor aos filhos a rígida disciplina de antigamente. Assim, não só os rapazes como as moças vinham desfrutando de uma ampla liberdade de ação: usavam roupas as mais sofisticadas, dirigiam veículos motorizados, participavam com elementos do sexo oposto de cursos e ações comunitárias, inclusive fora da cidade; e se deslocavam para Manaus ou para outras capitais, a fim de completar a educação escolar ou em busca de empregos.

Os habitantes de Tefé, em 1974, na quase totalidade continuavam professando a religião católica romana. Além do batismo e da crisma, reputavam o casamento através da igreja como importante no sentido de afirmação religiosa. O comparecimento de fiéis às missas de domingo era sempre elevado, e nos dias úteis bem razoável. Nos trabalhos sociais e festividades, em cooperação com a Paróquia, predominavam elementos do sexo feminino. Em fase não muito antiga, festejavam-se santos votivos em quase todos os meses do ano: Janeiro — São Sebastião; Fevereiro — Candeias e Saúde; Março — São José; Maio — Divino Espírito Santo, Santa Maria e Santíssima Trindade. Junho — Santo Antonio, São João e São Pedro; Julho — São Caetano; Agosto — São Joaquim; Setembro — N. S. de Nazaré; Outubro — Santa Tereza (Padroeira); Dezembro — São Tomé e N. S. da Conceição. Em todas as festividades ocorriam levantamentos de mastros, ornados com frutas, uma provável reminiscência das *festas de frutas* indígenas.

Na fase de nossa observação, destacava-se o *festival folclórico tefeense*, realizado na quadra junina, reputado como a maior festa típica do interior do Amazonas, e que, comumente, atraía numerosos excursionistas. Em 1974, exibiram-se 25 blocos, totalizando 800 *brincantes*, distribuídos entre as seguintes categorias: bumbás — 5, quadrilhas — 4, pássaros — 2, brigue — 1, danças — 6, tribos — 7. Acontece que, segundo informantes, tendo sido os blocos da última categoria os mais aplaudidos e fotografados pelos visitantes, alguns elementos mais preconceituosos da sociedade local, teriam demonstrado uma certa insatisfação, porque poderiam ir **propalar fora que em Tefé ainda existem índios**.

Em 1970, os protestantes ("evangélicos") eram apenas 597 em todo o município (Recenseamento... 1973: 148). Em 1974, divididos entre batistas e pentecostais, já somavam quase 1.000, consoante a informação de um *pastor*. Como

geralmente ocorre em lugares onde constituem minoria, comportavam-se os *crentes* de acordo com as normas estabelecidas pelas respectivas igrejas, sendo por isso elogiados pelos católicos. Existia um *batuqueiro* recentemente chegado de Manaus, instalado com um *terreiro* no bairro do Abial. Realizava sessões quinzenais já com apreciável freqüência, e diariamente ministrava consultas pessoais, geralmente sobre doenças consideradas como provocadas por feitiçarias.

A vila de Alvarães (Caiçara = curral), situada no distrito do mesmo nome à margem do Solimões e distante de Tefé cerca de 30 quilômetros, via fluvial, como registramos anteriormente, ganhou a última denominação por ter sido utilizada na época colonial, para confinamento de índios descidos dos altos rios, destinados aos serviços dos colonizadores e das missões religiosas. Entre 1970 e 1974, sua população aumentou somente de 820 (Recenseamento... 1973: 213) para 846 habitantes (levantamento da SUCAM), havendo no decorrer desse período se instalado na vila várias famílias procedentes dos altos rios (incluindo descendentes de índios Tukúna), enquanto cerca de 30 das mais antigas mudavam-se para Tefé, Coari e Manaus. No último ano, distribuídas por 7 ruas, existiam na vila 184 casas, a maioria com paredes de madeira e de taipa e algumas de tijolos, com cobertura de telhas de barro e de alumínio (as mais novas), raramente de palha, tendo sido as mais velhas (3 de taipa e 1 de tijolos) construídas há cerca de 50 anos. Doze das mesmas possuíam sanitários com fossa (informação da SUCAM), sendo os demais assentados precariamente na superfície do solo. A água para consumo colhiam os moradores pelas enseadas, Igarapés e as vezes no Solimões; apenas a residência parquial tinha cisterna para recolhimento de águas pluviais. A iluminação elétrica era fornecida entre 18,30 e 22,00 horas, por meio de um pequeno conjugado, mas nem todos os moradores possuíam luz nas residências, sendo que, para uma despesa mensal de Cr\$ 2.000,00 em combustível, ocorria uma

receita de Cr\$ 500,00. Apesar disso, já estava prevista a instalação pela Celetroamazon de um conjugado maior, para fornecimento de energia diuturnamente.

A crermos em velhos informantes, até bem recentemente não recebia a vila assistência sanitária do governo. Assim, os casos de enfermidades procurava-se combater no próprio meio familiar, ou através de outras pessoas experientes. mediante a aplicação de remédios caseiros ou adquiridos no comércio local, sendo os doentes em estado crítico, quando possível, encaminhados para Tefé ou para Manaus. Em 1974, ainda não ocorria uma assistência permanente do governo, mas visitas periódicas vinham realizando na vila as equipes do Projeto Rondon e da SUCAM. A Paróquia e Igreja Evangélica (esta por intermédio de uma enfermeira), também cooperavam no tratamento da população, fornecendo inclusive remédios gratuitamente. A instrução escolar, em fase não muito antiga, era ministrada mais por professores improvisados, pagos pelos pais dos alunos, do que por profissionais remunerados pelos cofres públicos. Em 1974, vinha sendo proporcionada pelo Estado e Prefeitura, por intermédio de um grupo escolar, instalado em prédios do Estado e da Paróquia, no qual atuavam 12 professoras ministrando aulas desde a alfabetização até a 4.ª série primária, para um total aproximado de 230 alunos. Paralelamente, funcionava um curso do Mobral, iniciado em 1973 com 73 alunos, porém já com a frequência reduzida para 45, porque os mais velhos resolveram desistir sob a justificativa de que *para trabalhar na roça, caçar e pescar, não era preciso saber ler nem escrever.*

De igual modo como no passado, os habitantes da vila vinham sobrevivendo, na quase totalidade, em função de uma economia de subsistência processada através da caça, pesca, coleta de castanha-do-pará e agricultura, esta consistindo

essencialmente no cultivo da mandioca destinada à fabricação de farinha. Cerca de 25 famílias trabalhavam em posses legalizadas e as demais em terras devolutas e numa propriedade particular mais adiante caracterizada. As caçadas e as pescarias ocorriam pelas circunvizinhanças ou através de expedições pelos rios Solimões, Japurá e Tefé. Os excedentes obtidos eram vendidos diretamente aos consumidores ou no comércio local. A coleta da castanha-do-pará, verificava-se principalmente na área da principal firma comercial da região, em regra, com a aplicação do conhecido sistema de barracão, no qual o coletor recebe antecipadamente do patrão um suprimento de mercadorias e as vezes dinheiro, para amortização no fim da safra. A Paróquia recentemente havia estabelecido uma cooperativa com a participação de vários membros da comunidade, porém, a partir do momento que o vigário passou a direção da mesma aos interessados, os resultados passaram a ocorrer de modo negativo até que as atividades foram encerradas, porque cada qual que assumia sua direção operava principalmente em proveito pessoal. Apesar disso, uma nova tentativa estava sendo feita com uma outra comunidade (Marajaí), formada por elementos descidos do Japurá, localizada nas proximidades da vila numa área de 200 hectares, adquirida pela Prelazia de Tefé.

Mais ou menos há 40 anos passados, funcionaram na vila 1 padaria, 1 carpintaria, 1 ferraria, 1 olaria manual e 1 alfaiataria, nas quais geralmente trabalhavam os próprios donos e pessoas da própria família. Existiu também um conjunto musical, cujo maestro era também carpinteiro. Em 1974, ainda encontramos além de 1 padaria, 3 carpinteiros e 2 pedreiros, os quais realizavam trabalhos avulsos. O conjunto musical desde alguns anos havia sido dissolvido, por haver o referido maestro se mudado para a cidade de Coari, onde fundou uma escola de música e organizou uma banda. Restavam na vila 3 saxofonistas (1 era o índio Mirânia Vicente) e 1 tocador de caixa e pandeiro, mas raramente chamados

para tocar em festas porque diversos moradores já possuíam toca-discos transitorizados.

Pela década de 1910, conforme velhos informantes, existiam na vila 5 casas comerciais, cujo movimento girava em torno da produção local, incluindo a de lenha para abastecimento dos *gaiolas* que sulcavam o Solimões. Em 1915, dois irmãos de nacionalidade portuguesa, por sua vez, instalaram um porto de lenha num ponto estratégico situado à margem do rio. Aproveitando-se dessa situação privilegiada, puderam ir habilidosamente eliminando os demais concorrentes, cujos portos se achavam em lugares menos acessíveis para os navios. Após decorridos alguns anos, acabaram por constituir a única firma comercial da vila, com um armazém sempre bem suprido de mercadorias, servido por numerosos empregados e com várias embarcações motorizadas. Conseqüentemente, além de monopolizar a produção dos habitantes locais, passou a firma a realizar expedições de comércio e exploração ao longo do Japurá. Ao mesmo tempo, pôde ir absorvendo os castanhais existentes pelas circunvizinhanças, através de transações devidamente legalizadas, mas originadas por dívidas contraídas pelos proprietários ou posseiros das terras, aos quais proporcionava a firma geralmente fornecimentos mais avultados que aos demais aviados. De qualquer modo, face provavelmente aos interesses recíprocos, as relações entre patrões e aviados, com raras exceções, sempre decorreram harmoniosamente. E a cremos em vários testemunhos, os últimos conseguiam desfrutar de um padrão de vida bastante razoável através do que produziam. No momento em que a estreita faixa de terra onde se achava instalado o armazém (década de 1950), começou a ser trágada pelas águas do Solimões, o estoque de mercadorias existente foi quase todo removido a tempo para a terra firme, graças a cooperação de todas as pessoas válidas da comunidade. Em 1974, achava-se a dita empresa dividida em duas outras (Casa Trapiche e Bazar Kennedy), tendo como chefes 2 filhos de um dos antigos proprietários que ainda mantinha

interesses em ambas. Existiam na vila, mais 12 casas comerciais de proporções bem menores que aquelas (entre as quais 3 botecos e 1 *boite*), porém 3 já atuavam também no comércio de aviamento, inclusive para fregueses situados em comunidades vizinhas. De modo geral, trabalhavam nesses estabelecimentos, a não ser em tarefas ocasionais, os proprietários e familiares, e apenas na Casa Trapiche havia um estranho como empregado efetivo, em função de gerência.

Ao contrário de antigamente, em 1974, o porto era escalado constantemente por barcos-motores que faziam a linha do Solimões, e existiam no local 18 embarcações, igualmente motorizadas, com capacidade variando entre 1 e 10 toneladas, pertencentes não só a comerciantes como a particulares, que as utilizavam em viagens relacionadas aos próprios interesses e as fretavam a terceiros. Não havia na vila veículos de tração animal ou motorizados e animais cargueiros, ocorrendo o transporte de volumes no meio interno por intermédio de carregadores casuais. A correspondência era encaminhada pelo correio de Tefé ou por mão própria.

As famílias mais em evidência da comunidade, surgidas entre a última década do século passado e a segunda do atual, aproximadamente, foram formadas através de consórcios de imigrantes (principalmente do nordeste do país) com mulheres da população regional, em cujo seio predominavam indígenas assimilados e mamelucos. Face naturalmente as condições impostas pelo meio, ao contrário do que ocorreu em Tefé, nenhum *grupo fechado* surgiu, nessa época e em anos seguintes. Afora os proprietários da empresa antes apreciada, eram raros os pais que conseguiam mandar educar os filhos em cidades, por intermédio de parentes ou de amigos. Porém não foram poucas as pessoas (e mesmo famílias inteiras) que se deslocaram para Tefé, Coari e sobretudo para Manaus, em busca de melhores condições de sobrevivência fora do ambiente rural. Em 1974, como mostra-

mos antes, esse fluxo ainda prosseguia, mas diversos homens e mulheres, em *idade madura*, já preferiam continuar como lavradores para alcançarem a aposentadoria. As famílias dos principais comerciantes e de mais alguns outros elementos que tinham ocupações correlatas, desfrutavam de um padrão de vida mais elevado que as demais, pois possuíam melhores residências, equipamentos domésticos, roupas, etc. Entretanto, todos os membros da comunidade economicamente ativos, pareciam ganhar o suficiente para prover as necessidades básicas (não existiam mendigos), a despeito de alguns mais velhos considerarem que, quando viviam sujeitos a um só patrão, dispunham de uma maior capacidade aquisitiva em decorrência do que produziam.

Parecia não haver preconceitos com respeito a casamentos, em razão da posição social ou da cor, sendo que, algumas professoras, tinham como maridos lavradores apenas alfabetizados e procedentes de comunidades vizinhas. As relações entre os membros da comunidade mostravam-se bem equilibradas, cada qual procurando trabalhar em proveito próprio, porém sem tentar ferir interesses de terceiros, embora ainda poucos predispostos a participar de ações conjuntas em benefício da comunidade. As pessoas que ouvimos procuraram ressaltar o clima de relativa tranquilidade em que sempre viveram, a ponto de, nos últimos 50 anos, terem ocorrido na vila somente dois assassinatos, um deles cometido por um fiscal, estranho ao meio, por excesso de autoridade.

A atuação da igreja católica em Alvarães, durante longo tempo ocorreu por intermédio de padres de Tefé, através de raras desobrigas. A primeira igreja foi concluída em 1931, e a segunda, foi edificada na década de 1950. O primeiro vigário chegou à vila, em 1947, havendo permanecido na função 16 anos. O segundo, em 1974, já perdurava durante 11 anos. Consoante os próprios paroquianos, atuava como uma espécie de *prefeito*, pois, além do exercício das funções espiri-

tuais, empenhava-se em trabalhos relacionados a melhoria dos logradouros públicos, obras sociais e, como vimos, proporcionava também assistência sanitária. Recentemente, havia a paróquia adquirido uma casa para funcionamento do *Clube das Mães*. Existia um conselho paroquial composto por vários cidadãos da vila, o qual nos pareceu pouco operante. Os jovens, por sua vez, raramente cooperavam nos empreendimentos da paróquia, mesmo naqueles que eram promovidos em benefícios deles próprios. A renda então arrecadada mensalmente pela realização de casamentos, batizados e missas fúnebres, era muito baixa atingindo quando muito 300,00 ou 400,00; e nas missas dos domingos, pelo que observamos, parecia ser quase nenhuma, apesar de a igreja ficar invariavelmente lotada. Conseqüentemente, a manutenção dos serviços da paróquia e das obras sociais, vinha ocorrendo com recursos da prelazia, ou obtidos de católicos holandeses por intermédio do vigário. Três festividades ainda eram realizadas (a do padroeiro São Joaquim, Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade), todas com levantamento de mastro ornamentado de frutas, como em Tefé. Em 1974, a festividade de São Joaquim prolongou-se na forma do costume durante 15 dias, com novenas diárias, concursos e folguedos de arraial, tendo sido concluída com duas procissões — terrestre e aquática. A afluência de devotos das localidades vizinhas foi considerado como muito menor que nos anos anteriores, mas isso foi atribuído a realização no mês anterior das cerimônias das Santas Missões que atraíu numerosas pessoas. Os protestantes, somando aproximadamente 70 indivíduos adultos de ambos os sexos, eram todos filia- dos a Igreja Evangélica anteriormente mencionada.

A vila Nogueira, situada confronte à cidade de Tefé, que chegou a ter uma população de 1.200 habitantes no início do século XIX, em 1974 estava reduzida a 280. Assim como em Tefé e em Alvarães, não encontramos na mesma nenhum sinal referente ao passado histórico. Existiam 45 casas com paredes de taipa e de madeira com cobertura de palha, e mais

2 de alvenaria: a da igreja e a da escola. A água para consumo era colhida pelos moradores na baía de Tefé e mananciais próximos. O fornecimento de luz às residências verificava-se, por meio de um conjugado instalado pela Prefeitura de Tefé, entre as 18,30 e 22,00 horas. Assim como a de Alvarães, não recebia a população local assistência sanitária permanente do governo, mas através de visitas periódicas da SUCAM e do Projeto Rondon. Uma escola de nível elementar proporcionava instrução até a 4.ª série, para 60 alunos, e o Mobral para 25 adultos. A economia vinha sendo processada através da caça, pesca, agricultura (cultivo de mandioca) e coleta da castanha-do-pará, esta principalmente numa área de serventia pública, cuja produção tinha sido reduzida para 200 hectolitros por safra, em virtude da área ter sido diminuída em benefício de uma empresa de reflorestamento. Algumas mulheres ainda fabricavam objetos de barro, porém sem o esmero de antigamente, e apenas para uso próprio ou para venda no local. Sob os auspícios da Prelazia de Tefé, vinha funcionando uma cooperativa, a qual possuía uma cantina com mercadorias de primeira necessidade para vendas aos associados. Paralelamente existia um comércio com um bilharito, cujo movimento relacionava-se mais a venda de bebidas alcoólicas. A população continuava na expectativa da abertura de uma estrada entre Nogueira e Alvarães, planejada desde 1885, tendo em vista sobretudo uma mais ampla exploração dos recursos naturais existentes na área e ampliação das lavouras. Os membros da comunidade professavam a religião católica e tinham com santa padroeira N. S. do Rosário. Eram visitados aos domingos por um padre de Tefé para a realização da missa e efetuação de outras desobrigas.

Finalmente, embora não existam dados suficientes para uma avaliação geral da população indígena da região do Solimões-Japurá (atuais municípios de Marañ, Japurá e Tefé) na época da conquista, considerando-se haver Martius, em 1820, ainda identificado 15 grupos distintos (o Mirânia avaliou em

6.000), quando as guerras, descimentos e epidemias já lhes tinham causado drásticas reduções, talvez possa ser dito que, naquela época, o número de índios existentes na região não era inferior ao da atual população brasileira disseminada pelas zonas rurais. Os componentes desta população, cujas atividades, desde o passado histórico, sempre se desenvolveram em função de uma economia eminentemente predatória, sujeita a constantes oscilações segundo as disponibilidades dos produtos e cotações dos mercados, como referimos, vinham abandonando suas colocações, face as baixas condições de vida enfrentadas, e procuravam instalar-se nos núcleos urbanos mais próximos. Mas enquanto assim ocorria, elementos radicados nos aludidos centros, sobretudo aqueles que possuíam uma razoável instrução escolar ou profissional, por falta de empregos, estavam, tanto quanto possível, procurando emigrar para Manaus.

Por estar situada numa posição de relativa importância entre Manaus e a fronteira, no Programa de Integração Nacional a área de Tefé-Alvarães, foi considerada entre as prioritárias no sentido de ocupação e povoamento. Todavia, mesmo que as instituições públicas e religiosas antes mencionadas, e outras, venham dinamizar seus programas nesse sentido, face a posição geográfica da área, a não ser que matérias primas de mais significativa importância venham a ser descobertas, salvo melhor juízo, não deverão ser esperadas modificações expressivas nas situações antes expostas, a curto prazo, como já vem ocorrendo nas áreas atingidas pela Transamazônica e outras grandes rodovias.

SUMMARY

This work is divided in two parts. The first presents cultural aspects of the Mirânia Indians, their participation in the "Luso-brasileira" expansion (region of the middle Solimões and Japura rivers) and the actual situation of the

survivors. The second focuses on the mentioned expansion, since the 18th century until the present, especially into Tefé county.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGASSIZ, Louis
1938 — *Viagem ao Brasil, 1865.66.* São Paulo, Ed. Nacional. 654 p. (Brasíliana, 95).
- ALBUQUERQUE, Manuel Rebouças
1942 — *Tefé e os missionários do Espírito Santo.* Tefé, Tip. Prefeitura Apostólica. 97 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ACAR)
1974 — *Plano anual de extensão rural.* Amazonas, 201 p.
- BATES, Henry Walter
1944 — *O Naturalista no Rio Amazonas.* São Paulo. Ed. Nacional. v. 2, 350 p. il. (Brasíliana, 237).
- BRASIL. Prelazia de Tefé.
1972 — *Desenvolvimento e Evangelização.* Tefé, 19 p.
- BRASIL. Serviço de Proteção aos Índios
1930-46 — "Documentação do arquivo da 1a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios". Manaus.
- CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso de; ACUÑA, Cristobal
1941 — *Descobrimientos do Rio das Amazonas.* São Paulo, Ed. Nacional. 181 p. (Brasíliana, 203).
- CONSTATAT, Oscar
1954 — *Brasil, a terra e a gente (1871).* Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Ed. 414 p.
- FERREIRA, Fileto Pires
1897 — *Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 4 de março de 1897.* Manaus. 31 p.
- GALVÃO, Eduardo
1966 — *Encontro de sociedades tribal e nacional.* Apres. Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, Ed. Sérgio Cardo. so. 24 p.

- GASCHE, Jürg
1972 — *L'habitat Witoto : Progrès et traditions.* J. Soc. Amér. Paris, n. ser. 61 : 177-214.
- GUYOT, Mireille
1972 — *La maison des indiens Bora et Miraña.* J. Soc. Amér. Paris, n. ser. 61 : 142-72.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
1957 — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.* Rio de Janeiro, v. 14, il., mapas (Amazonas, Pará e Territórios).
- JOBIM, Anísio
1937 — *Panoramas amazônicos, 3, Tefé.* Manaus, Typ. Phoenix. 210 p. il.
- LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque
1864 — *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da Província do Amazonas em sessão ordinária de 1º de outubro de 1864.* In: *RELATÓRIOS da Província do Amazonas, 1863.1870.* Rio de Janeiro, v. 3, p. 65-191.
- MAWE, Henrique Lister
1831 — *Narrativa da passagem do Pacifico ao Atlantico, através dos Andes nas Províncias do Perú e descendo pelo rio Amazonas até o Pará.* Liverpool, E. B. Wright. 318 p. mapa.
- MELLO, Antonio Epaminondas de
1866 — *Relatório á administração da Província do Amazonas.* In: *RELATORIOS da Província do Amazonas, 1863.1870.* Rio de Janeiro, v. 3, p. 288-360.
- MONTEIRO NORONHA, José
1862 — *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as ultimas colonias do sertão da Província, escrito na vila de Barcellos no ano de 1768.* Pará, Typ. Santos & Irmãos. 77 p.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 7, 1960
1968 — *Censo demográfico. Acre, Amazonas, Pará.* 2ª parte. Rio de Janeiro, IBGE. 257 p. (Sér. regional, v. 1, t. 1).
8, 1970.
- 1973 — *Censo Demográfico. Amazonas.* Rio de Janeiro, IBGE. 293 p. mapa (Ser. regional, v. 1, t. 3).
- RIVET, Paul
1911 — *Affinités du Miranya.* J. Soc. des Amér. Paris, 8:117-52.

RODRIGUES FERREIRA, Alexandre

1974 — Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura. 161 p. (Memória. Antropologia).

SCHULTZ, Harald

1959 — Ligeiras notas sobre os Makú do Paraná Boá-Boá. Rev. Mus. Paul., n. ser. II, 11: 109-33.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFAU)

1970 — Relatório preliminar de desenvolvimento integrado do município de Tefé Rio de Janeiro, 131 p. II. mapa.

SPIX, J. B. & MARTIUS, C. P. F. von

1938 — Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, v. 3, 491 p.

STEWART, Julian J.

1948 — The Witotoan Tribes. In: HANDBOOK of South American Indians. B. Bur. Amer. Ethnol. Washington, 143 (3): 749-62.

TAVARES BASTOS, A. C.

1937 — O vale do Amazonas. São Paulo, Ed. Nacional, 441 p. (Brasílica, 106).

WAGLEY, Charles

1967 — O estudo das comunidades amazônicas. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. Belém, 1966. Atas... Rio de Janeiro, CNPq, v. 2: Antropologia, p. 14-45.

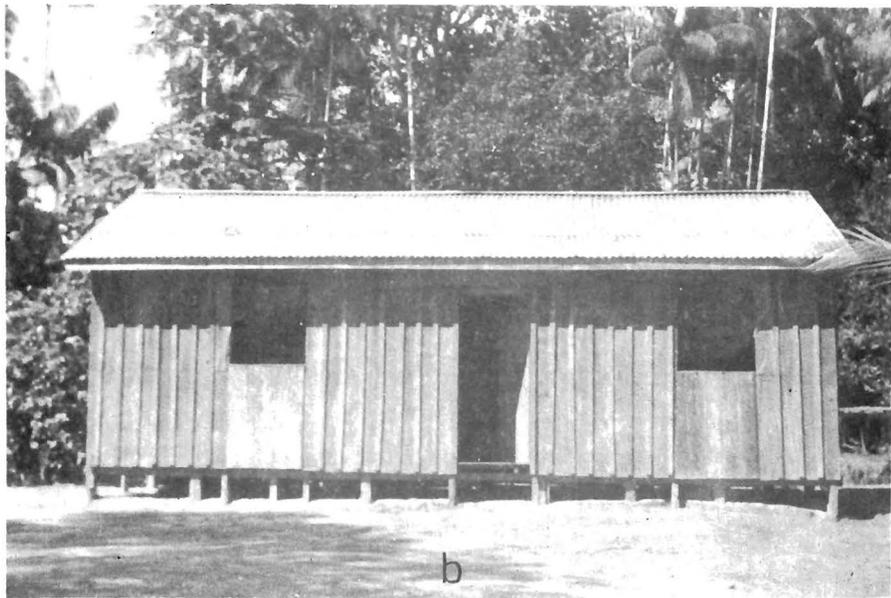
(Aceito para publicação em 12/05/81)



Est. I — Aldeia Méria-Mirânia: a — Chefe Francisco Faria e esposa; b — Índio Lindolfo, esposa e filha. (Fotos Arnaud, 1974).



a



b

Est. II — Aldeia Méria-Mirânia: a — Casa típica; b — Casa Chefe Francisco Faria. (Fotos Arnaud, 1974).



a



b

Est. III — Tefé — Folclore: a — Bloco Marajó-Jutica — Príncipe e princesa dos animais; b — Bloco Marajó-Jutica — O casamento do tipiti. (Fotos Raimundo Marinho, 1974).



Est. IV — Alvarães : a — Procissão fluvial; b — Rua São Joaquim. (Fotos Arnaud, 1974).

ARNAUD, Expedito — Os índios Mirânia e a expansão luso-brasileira (Médio Solimões — Japurá, Amazonas). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série: Antropologia**, Belém (81): 1.48, jul. 1981, il.

RESUMO: O trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira apresenta aspectos da cultura dos índios Mirânia, sua participação na expansão luso-brasileira e a situação atual dos remanescentes. A segunda, mostra como ocorreu a referida expansão, desde o século XVIII até a presente época, especialmente no Município de Tefé.

CDU 572.9(811)

CDD 572.9811

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

t